

Corpo e sexualidade: os processos de normalização na dança

Body and sexuality: the normalization processes in dance

Aline Menezes de Oliveira¹

Carla de Oliveira dos Santos¹

Marcelo Paraíso Alves²

Palavras-chave

Dança

Sexualidade

Biopoder

Normalização

Resumo

O presente trabalho busca como centralidade a discussão da prática da dança por meninos dentro dos processos normalizadores, apropriando-se da história da sexualidade para explicar como surgiu a concepção de que homens que dançam são gays e explicitando conceitos como biopoder e normalização. A produção desta pesquisa partiu de um Projeto da Fundação Geração Futura, o Projeto COMUNI (Comunidade Unida) onde ministrávamos aulas de dança. A experiência no projeto mencionado nos permitiu refletir sobre alguns aspectos: dança é uma modalidade voltada apenas para meninas? Por que as turmas de dança, mais precisamente a do Projeto COMUNI existe a predominância de garotas? Por que há uma evasão tão grande de meninos nas turmas de dança? Existe um processo que normatiza, regula e controla os comportamentos do homem e da mulher? Qual a origem deste processo de normatização? O intuito do trabalho é possibilitar um debate acerca da sexualidade, mais especificamente discutindo os conflitos e tensões vivenciados no cerne do projeto citado. O artigo pretende inicialmente aproximar o leitor do espaço do Projeto COMUNI, contextualizando o espaço vivenciado pelos autores do trabalho. No segundo momento, o artigo se propõe a discutir a constituição histórica do processo de regulação e controle da sexualidade, bem como o conceito de biopoder. Posteriormente, buscou-se pensar o corpo a partir da corporeidade, permitindo compreender a complexa rede que constitui o processo de subjetividade, dentre eles, a questão de gênero. Por fim, perspectivaremos possíveis discussões acerca do papel do profissional de Educação Física frente aos processos exclusivos que emergem dos referidos processos de normatização. É relevante ressaltar que optou-se pela pesquisa bibliográfica descritiva.

Abstract

This article aims to discuss the practice of dancing among boys within the normalization process, taking into account the sexuality history to explain how it came to the concept that men that dance are gays and explaining concepts such as biopower and normalization. The production of this research came from a project at the Future Generation Foundation, the COMUNI Project (United Community) where we taught dance lessons. The experience in the mentioned project has enabled us to reflect on certain aspects: is dancing a sport geared just for girls? Why do the dance classes have a predominance of girls, specially in the COMUNI project? Why is there such a big evasion in boys' dance classes? Is there a process that standardizes, regulates and controls men and women behavior? What is the origin of this process of standardization? The objective of this work is to enable a discussion about sexuality, specifically discussing conflicts and tensions experienced in the cited project. The article intends to approximate the reader of the COMUNI project space, contextualizing the space experienced by the authors. Second the article proposes to discuss the historical constitution of the regulation and sexual control process, as well as the concept of biopower. Then it seeks to think the body from the corporeity that allows the understanding of the complex net which constitutes the process of subjectivity, among them the question of gender. Finally discussions about the role of the Physical Education professional in the exclusion process that come from such normalization processes. It is important to emphasize that the descriptive literature was opted.

Keywords

Dance

Sexuality

Biopower

Normalization

ISSN
1809-9475

Artigo
Original

Original
Paper

Recebido em
10/2012

Aprovado em
04/2013

Cadernos UniFOA
Edição Especial Ciências da Saúde e Biológicas - Maio/2013

1 Graduação e Licenciatura em Educação Física - Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA

2 Professor Doutor do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA

1. Introdução

Na tentativa de propor soluções para alguns problemas que emergem na sociedade atual, Estado, empresas e instituições privadas, organizações não governamentais, dentre outros, se mobilizam para desenvolver projetos e atividades voltadas para crianças e adolescentes de comunidades carentes em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que estejam em condição objetiva da situação de exclusão. Estes tem o intuito de direcioná-los para os referidos locais educativos, ao contrário de irem para as ruas, oferecendo a esses sujeitos oportunidades de vivenciarem atividades prazerosas e educativas, buscando desenvolver suas habilidades físicas, cognitivas, artísticas, dentre outras.

Dentre os diversos projetos desenvolvidos no município de Volta Redonda e que buscam se articular às políticas públicas para ações dos sujeitos supracitados, encontra-se o Projeto COMUNI - Comunidade Unida (o projeto bem como as entidades envolvidas são fictícios), desenvolvido em parceria com diversos órgãos municipais. Esse surgiu com o objetivo de proporcionar informações, entretenimento saudável e vivência da cultura através de atividades direcionadas, além de possibilitar o resgate do equilíbrio e harmonia social, segundo consta no documento idealizador do projeto.

O projeto constitui-se de várias oficinas: música, esporte (futebol, tênis, handebol e futsal) e dança (Jazz, balé, hip-hop, contemporânea, todas trabalhadas alternadamente nas aulas). Possui também atendimento e apoio psicológico para a família. Essas atividades são realizadas duas vezes durante a semana, atendendo crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 16 anos.

Nossa inserção do projeto se deu nas turmas de dança, como estagiárias, e algumas situações começaram a nos chamar a atenção. Notamos, inicialmente, a predominância da participação das meninas em detrimento da presença dos meninos, mas, com o passar dos meses, ocorreram algumas mudanças na busca dos discentes pelas aulas, modificando a configuração da turma que passou a não ter apenas meninas. O que nos intrigou e nos levou a alguns questionamentos foi o comporta-

mento apresentado pelas discentes (crianças e adolescentes) diante da presença dos meninos, seja na sua participação nas aulas, bem como quando observavam outras turmas do projeto de dança: a maneira como se referem aos meninos que dançam; como se dá a relação durante aula e, por outro lado, como os meninos percebem seu próprio corpo, as permissões e os interditos, por exemplo, em inúmeras situações, os meninos paravam na metade da aula e sentavam, pois afirmavam que as meninas estavam zombando deles, chamando-os de gays, “mocinhas”. Não era raro o depoimento de insultos e alunos relatando agressões verbais de outros garotos e até mesmo de meninas quando saíam das aulas de dança.

Dessa forma, estabelecem-se como reflexão os seguintes aspectos: dança é uma modalidade voltada apenas para meninas? Por que nas turmas de dança, mais precisamente a do Projeto COMUNI, existe predominância de garotas? Por que há uma evasão tão grande de meninos em turmas de dança? Existe um processo que normatiza, regula e controla os comportamentos do homem e da mulher? Qual a origem deste processo de normatização?

Na intenção de provocar um debate acerca dos questionamentos expostos, o presente estudo objetiva compreender os processos de regulação e controle dos corpos no espaço da dança.

O presente estudo busca a sua relevância acadêmica ao discutir os aspectos vinculados a dimensões relacionadas ao biopoder (FOUCAULT, 1979), ao processo de subjetivação e à determinação dos corpos autorizados a dançar (NOLASCO, 1995).

A opção metodológica foi a pesquisa bibliográfica descritiva, pois, tal ótica “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, dissertações e teses” (CERVO *et al.* 2007, p.60).

Em certos meios acadêmicos, a pesquisa bibliográfica tem sido tratada como secundária e sem dados inéditos, porém, é preciso levar em consideração a originalidade dos raciocínios que ela desperta, pois fenômenos já publicados podem possibilitar raciocínios inéditos, entendendo-se que o conceito de inédito não se restringirá a uma nova realidade (SANTOS, 2006).

A pesquisa foi de nível descritivo, pois o desenvolvimento do artigo detém-se em descrever, registrar e interpretar dados existentes a

respeito do tema da sexualidade, bem como sua influência na organização social. A pesquisa descritiva é “um levantamento das características conhecidas que compõem o processo. É normalmente feita na forma de levantamentos ou observações sistemáticas do fato/fenômeno/processo escolhido” (SANTOS, 2006, p.26).

Este artigo se baseia principalmente nas referências de Foucault (1979, 1989, 2008) e Louro (1997, 2000, 2001, 2004, 2007, 2010), pois estes autores são referências em temas sobre a sexualidade e a maneira como ela é percebida diante da ótica social.

O intuito do trabalho é possibilitar um debate acerca da sexualidade, pois segundo Louro (2010), ao longo de toda história, sempre observamos discussões referentes ao corpo, principalmente no que diz respeito à sua imagem diante da sociedade.

O artigo, inicialmente, aproxima o leitor do espaço do Projeto COMUNI, contextualizando o espaço vivenciado pelos autores do trabalho. No segundo momento, se propõe a discutir a constituição histórica do processo de regulação e controle da sexualidade, bem como o conceito de biopoder (FOUCAULT, 1979). Posteriormente, busca-se pensar o corpo a partir da corporeidade permitindo compreender a complexa rede que constitui o processo de subjetividade, dentre eles a questão de gênero. Por fim, perspectivar-se-ão possíveis discussões acerca do papel do profissional de Educação Física frente aos processos exclusivos que emergem dos referidos processos de normatização.

2. Conhecendo os espaços e sujeitos do Projeto COMUNI

O projeto COMUNI é uma intervenção social, realizada em um município da região Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Essa ação social se desenvolve, por uma autarquia do poder executivo municipal (instituição criada em 1968, com o objetivo de auxiliar e assistir a crianças e adolescentes, em situação de risco, vítimas de maus tratos, abandono, abuso sexual, em situação de rua, ou qualquer outra que coloque em risco a sua integridade física, moral ou psicológica). De acordo com os documentos oficiais da instituição,

a primeira mobilização para que ocorresse a criação do projeto iniciou-se em uma reunião ocorrida em dezembro de 2008, no Conselho Tutelar, articulada pelo posto de saúde da família (PSF) de um bairro periférico e com a presença de representantes dos mais variados setores do município.

A reunião tinha como objetivo chamar a atenção de toda a rede municipal para os problemas que ocorriam constantemente na comunidade, visando propor soluções para amenizar alguns destes embates, sendo o principal deles o aumento significativo de crianças e adolescentes viciados em álcool e drogas.

Uma vez ao mês ocorriam reuniões para discutir como sanar os problemas mais graves que ocorriam na comunidade: o abandono de crianças, maus tratos, déficit de aprendizagem, drogas e alcoolismo.

No ano de 2009, esse grupo de representantes encaminhou diversos casos para tratamento em instituições especializadas, o que permitiu perceber “novas” possibilidades de intervenção para estes problemas sociais. Assim, crianças e adolescentes passariam a ser estimulados na direção de hábitos e práticas saudáveis, ocupando o seu tempo disponível com atividades que despertassem seus interesses, necessidades e, conseqüentemente, perspectivando uma trajetória de prevenção para os sujeitos envolvidos nas tramas sociais já enunciadas.

Além das atividades proporcionadas pelo projeto, ainda seria disponibilizada às famílias um trabalho em grupo voltado para a área terapêutica, com o intuito de promover diálogos entre a comunidade e especialistas para a busca de soluções dos problemas sociais e individuais, como por exemplo, o apoio psicológico.

Dessa forma, o projeto foi criado - COMUNI (Comunidade Unida) – em 30 de julho de 2010, com ações específicas de fundações e secretarias municipais da cidade, tendo os seguintes objetivos: proporcionar através das oficinas culturais e esportivas, o bem-estar, a integração e a formação de hábitos saudáveis; criar oportunidades e realizar atividades voltadas para crianças e adolescentes, envolvendo cultura e esporte; apoiar e orientar as famílias diante dos problemas partilhados nos grupos. Na intenção de atingir os objetivos propostos, a comunidade, em conjunto com instituições e órgãos municipais, definiram as

ações sociais a partir das seguintes atividades: futebol, percussão, dança e tênis.

Inicialmente, as oficinas eram realizadas duas vezes por semana. Os horários eram definidos semestralmente, de acordo com vários aspectos: disponibilidade das crianças, cronograma de atividades e disponibilidade do professor. Os atendimentos às famílias ocorriam toda quarta-feira e sexta-feira, no período da tarde, e aos sábados, no período da manhã, no Posto de Saúde da Família do bairro (PSF) e, as oficinas para as crianças e adolescentes no campo de futebol, quadra poliesportiva e na Casa Comunitária também localizada no bairro.

Portanto, a presente pesquisa tem como ponto central a discussão das tensões que emergem das oficinas de dança, na tentativa de compreender os conflitos presentes cotidianamente nas aulas de dança. Nesse sentido, o item a seguir inicia a discussão necessária à compreensão dos problemas relacionados à temática da sexualidade.

3. Sexualidade

3.1. A história da sexualidade

A sexualidade na modernidade tornou-se uma questão central da sociedade. Por toda parte, notam-se comportamentos e identidades sexuais sendo controladas, vigiadas, padronizadas e normatizadas assumindo tons e diretrizes diferentes conforme o gênero, mas nem sempre foi assim. Conforme Foucault (1979), ela constituiu-se em um processo de pelo menos duzentos anos.

O que antes parecia ser carregado de certezas e respostas estáveis traz agora uma gama de incertezas e modelos inúteis, sendo também impossível ignorar essas questões, levando-nos ao seguinte questionamento: “o que fazer?” Antes de tudo é preciso conhecer como essas questões e práticas emergiram e tornaram-se alvo de tantas discussões.

Aproximadamente até o século XVIII, as anatomias dos sujeitos eram percebidas como uma matriz unissexual, pois “o corpo masculino era o modelo e o feminino a sua versão atenuada”, considerando-se então a mulher, um homem invertido (FRAGA, 2000 p. 134).

A partir do referido século, os estudos anatômicos começavam a demonstrar as diferenças entre homens e mulheres, então, se criou uma nomenclatura específica para os órgãos femininos, mas ainda, associados aos masculinos.

Fraga (2000) menciona que havia, nesse período histórico, uma sujeição do corpo feminino a um discurso biológico-moral. O autor reitera que ocorre um processo de aparecimento e sumiço do clitóris na literatura médica ocidental, que segundo Foucault (1979) faz parte de uma eficiente tecnologia de controle do corpo feminino a partir do discurso biológico e moral.

Apresentar o processo contraditório de aparecimento e desaparecimento do clitóris é relevante pelo fato de ser uma explicitação do controle social sobre o corpo da mulher, pois o órgão mencionado era concebido apenas como a função de proporcionar prazer à mulher, sem caráter reprodutivo, o que era um problema, pois representava uma ameaça à normalidade na relação heterossexual. Contudo, estes estudos e controvérsias obtinham como principal finalidade, além de normatizar a reprodução humana, estruturar detalhadamente uma política sexual para os sujeitos tornarem-se seus próprios reguladores, instituindo uma série de condutas consideradas apropriadas (FRAGA, 2000).

A todo este processo, Foucault (1979) intitula de histerização do corpo da mulher em que este passa a ser analisado como integralmente saturado de sexualidade e, posteriormente, colocado em comunicação com o corpo social, espaço familiar e com a vida das crianças, reafirmando, mais uma vez, uma série de normas e papéis socialmente impostos que devem ser seguidos.

Posteriormente aos acontecimentos mencionados, mais precisamente no fim do século XVIII, as sociedades ocidentais modernas criaram e instalaram um novo dispositivo: o da sexualidade, que seria relacionado com as sensações corporais, a natureza das impressões, a qualidade dos prazeres. O dispositivo da sexualidade “tem como razão de ser não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1979, p. 101).

Para Foucault (1979), o dispositivo da sexualidade centra-se na família, tendo nela como

principais agentes os pais e os cônjuges e exteriormente os médicos, pedagogos e psiquiatras.

No decorrer do século XIX, percebe-se de uma maneira mais clara a presença e implantação mais acentuada do referido dispositivo no cotidiano social, pautado agora em um novo conceito, o de biopoder, utilizando-o como uma forma de repressão e controle dos corpos. A sociedade, neste período, volta seus olhares para as mulheres com o intuito de assegurar uma imagem de “pureza”. Mas isso não ocorria, pois ainda havia o predomínio da prostituição o que acarretava o aumento das doenças venéreas. Como diz Weeks (2000), esse século foi marcado por uma dose de hipocrisia moral, quando se aparentava respeitabilidade ao sujeito, e sua prática era totalmente contraditória e carregada de princípios pré-estabelecidos.

No período compreendido entre 1860 até 1890, “a prostituição, as doenças venéreas, a imoralidade pública e os vícios privados estavam no centro dos debates devido o aumento dessas práticas no século, muitas pessoas viam na decadência moral um símbolo da decadência social” (WEEKS, 2000, p. 37).

Esse modo de compreensão ou concepção de mundo fazia com que a sexualidade se tornasse uma obsessão pública, que buscava controlar, ao máximo, os corpos, ditando suas formas de ação e distinguindo o comportamento “normal” do “anormal”, começando então a transformar-se em uma questão, sendo “objeto de atenção do estado, da medicina, das leis, além de continuar a ser tema da religião” (LOURO, 2010, p.334)

Ao longo de todo século XIX, o Estado preocupou-se cada vez mais com a organização e controle de suas populações, procurando meios de garantir a vida e a produtividade de seus povos, voltando-se para a disciplinarização, regulação da família, da reprodução e das práticas sexuais. Nas décadas finais deste século, surge uma nova disciplina: a sexologia, em que médicos, filósofos, moralistas e pensadores começaram a pesquisar mais profundamente sobre o sexo, inventando classificações de sujeitos, práticas sexuais e determinando o que era normal ou não, adequado e sadio. A partir de então, as diferenças entre sujeitos e suas práticas sexuais eram determinadas de acordo com o olhar de tais autoridades. (LOURO, 2010).

O termo homossexualidade foi conceituado ainda no século XIX (LOURO, 2001) para caracterizar os indivíduos que fugiam dos padrões da normalidade no que diz respeito à sua opção sexual. À medida que a sociedade se tornou mais preocupada com a vida dos seus membros, ela passa a se atentar cada vez mais para o disciplinamento dos corpos e com a vida sexual dos indivíduos. O que antes era tido como uma atividade indesejável ou pecaminosa, agora passava a ser vista sob uma nova perspectiva: “a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria assim a ser marcado e reconhecido. Categorizado e nomeado como desvio da norma, seu destino só poderia ser segredo ou segregação” (LOURO, 2001 p.542).

É importante ressaltar que relações afetivas e amorosas entre sujeitos do mesmo sexo já existiam antes desta época, mas não eram nomeadas como homossexualidade, mas consideradas práticas pecaminosas. Com o advento desse novo conceito, essa prática passa a “indicar um tipo particular de pessoa, um tipo social, uma ‘espécie’ de gente que se desviara da ‘normalidade’ ” (LOURO, 2010).

Nos anos que compreenderam o século XX, mas precisamente na década de 1940, houve certa preocupação com o controle da natalidade para que a família fosse constituída pelo tipo certo de indivíduo, e um zelo maior em relação aos papéis apropriados para homens e mulheres. Já a partir de 1950, houve uma caça àqueles que iam contra os padrões comportamentais e heterossexuais, pois eram considerados diante da sociedade como degenerados.

A década de 1960 foi marcada por um período de transição, onde houve um relaxamento dos velhos códigos de autoritarismo e uma descoberta de novos modos de regulação social. Por volta dos anos de 1970 e 1980 houve uma reação contra aquilo que não foi tido como excessos da década anterior, devido ao fim da ditadura, o reestabelecimento da democracia, a abertura política e à anistia possibilitando estudos referentes a gênero, raça, etnia, classe social e sexualidade baseado nos estudos sobre mulheres e suas relações sociais (SILVA JÚNIOR, 2009) tornando então a sexualidade como “uma verdadeira questão política de primeira linha, com a Nova Direita identificando o

“declínio da família”, o feminismo e a nova militância homossexual como potentes símbolos do declínio nacional” (WEEKS, 2000, p. 49).

Inspirados então no movimento feminista, em 1978, os/as homossexuais, criaram a primeira associação gay do Brasil, indicando o início da luta pelo reconhecimento social de suas identidades sexuais (SILVA JÚNIOR, 2009).

Todo este movimento em busca do respeito e da visibilidade veio a transformar a vida cultural dos indivíduos, construindo espaços de lazer e arte, e constituindo aquilo que veio a se chamar política de identidades, conceituada como um “conjunto de movimentos sociais organizados que teve e tem como protagonistas grupos historicamente subalternizados (mulheres, jovens, negros, gays e lésbicas)” (LOURO, 2010, p. 336). Foi a partir deste marco que gays lésbicas e mulheres começaram a falar suas experiências amorosas e sexuais.

Os debates acerca da sexualidade tornaram-se mais frequentes com a erotização dos corpos infantis, o aumento de adolescentes grávidas, das doenças sexualmente transmissíveis – DST, a desconstrução do arquétipo familiar tradicional (BRAGA, 2010) e, principalmente, a proliferação da AIDS, a partir dos anos de 1980, que, segundo Silva Júnior (2009), deu maior visibilidade à causa homossexual, transgredindo as fronteiras convencionais da heterossexualidade hegemônica.

Com o advento da AIDS, surgiram diversas alianças de solidariedade entre amigos e parentes, não necessariamente homossexuais, para se discutir normas de sexo seguro e de prevenção com o intuito de mostrar à sociedade outras maneiras de vivenciar a sexualidade, o prazer e o desejo. Outro fator relevante e que influenciou nas futuras discussões acerca da sexualidade era a ideia que se tinha a respeito da AIDS, que era considerada um câncer gay, desencadeando assim um sentimento homofóbico em diversos indivíduos (SILVA JÚNIOR, 2009). A partir de então, mais especificamente no Brasil, a sexualidade passa a ser discutida em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas, através do Ministério da Educação e Cultura estimulando projetos de educação sexual (LOURO, 2010).

Além de todo esse movimento promovido, principalmente, por homossexuais e o advento da AIDS, Louro (2010) ainda relata que:

outros grupos não priorizam, propriamente as reivindicações de inclusão social, mas preferem desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais – em outras palavras, esses grupos decidem por em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual e pretendem, de muitos modos, atravessar e perturbar essas fronteiras. Há, ainda, aqueles que não se contentam em atravessar as divisões, mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira. Sujeitos que, deliberadamente, inscrevem em seus corpos, suas roupas, seu comportamento e atitudes signos masculinos e femininos buscando embaralhar esses signos, afirmando-se propositalmente, como diferentes, estranhos, *queer* – para usar um termo bem contemporâneo (p. 338)

Como citado, Louro (2004) utiliza em suas obras o termo *queer*, que traduzido do inglês pode ser entendido como estranho, esquisito, palavra esta empregada para se referir, de forma pejorativa, a um sujeito não heterossexual. Enquanto para alguns, a referida palavra serviu e serve para marcar uma posição marginalizada e abominada, para outros, ela indica um movimento, a não acomodação, uma disposição, um modo de ser e viver. Do termo *queer*, surge uma nova teoria, intitulada por Teoria Queer, que segundo a autora, possibilita o pensamento em torno da “ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (p. 47).

Para Fraga (2000), a referida temática assumiu o caráter da verdade mais profunda a respeito de nós mesmos. Surge então a sexualidade como um dos temas centrais da atualidade, sendo vista como objeto de controle do corpo e também social.

A construção da história da sexualidade, diante dos fatos supracitados, passa então por dois momentos de ruptura voltados para os mecanismos de repressão, um deles ocorre no século XVII com o nascimento das grandes proibições, uma valorização da sexualidade adulta e matrimonial, contenção e controle da linguagem e o outro no século XX, quando

começa um afrouxamento dos mecanismos de repressão (FOUCAULT, 1979), tornando os debates acerca da sexualidade uma prática usual, mas que ainda objetiva o controle e dominação dos corpos, estabelecendo papéis socialmente padronizados.

Diante dos aspectos históricos apresentados, percebemos que o corpo e a concepção de sexualidade que hoje se configura na sociedade incorporaram os valores vigentes em décadas anteriores, é uma transmissão cultural com idealizações, padronizações e normatizações advindas através dos séculos, portanto, uma construção sócio-histórica. Perfis de “beleza, saúde, doença, vida, juventude, virilidade, entre outras, não deixaram de existir, apenas transmutaram-se, incorporaram outros contornos, produziram outros contornos” (GOELLNER, 2010, p. 38).

Partindo então desse constructo histórico referente à sexualidade, observamos, na atualidade, que esta será modelada a partir da junção de dois elementos: o subjetivo e o social que estão intimamente ligados através do corpo. A sociedade tornou-se cada vez mais preocupada com a vida de seus membros, assim como com o disciplinamento dos corpos e com as vidas sexuais dos indivíduos, possibilitando o surgimento de poderes que regulam o comportamento sexual (WEEKS, 2000). Que poder é esse que emerge capilarmente na sociedade estabelecendo padrões de comportamento? Responder a essa pergunta não é algo simples, mas complexo, o que nos move ao próximo item deste artigo.

3.2. Biopoder em Foucault

Para compreender o pensamento foucaultiano e seu conceito de biopoder, é relevante ressaltar que a sexualidade é considerada um dispositivo histórico, uma invenção social, que se constituiu a partir de diversos discursos sobre o sexo, que tinham como intenção regular, normatizar, instaurar saberes e produzir verdades (FOUCAULT, 1979). Para o autor, a definição de dispositivo é tida como um conjunto que possui componentes distintos que englobam discursos, instituições, leis, enunciados científicos, o dito e o não dito, entre outros, sendo o dispositivo a rede ou conexão que se estabelece entre esses elementos (FOUCAULT, 2008).

Considerando as prerrogativas supracitadas, Foucault desenvolve seu estudo no campo da sexualidade, apropriando-se dos referidos conceitos como a base de toda sua discussão, principalmente no que concerne ao estabelecimento das definições de biopoder e biopolítica.

O conceito de biopoder (e biopolítica) é citado pela primeira vez em sua obra *História da Sexualidade*, volume um, sendo abordada através de uma comparação sobre o poder que os pais de família romanos obtinham sobre o direito de vida e morte de seus filhos e escravos, afirmando então que o biopoder e a biopolítica vem com o intuito de regular e controlar os corpos como feito antigamente na sociedade romana (FOUCAULT, 1979). Segundo Duarte (2008), eles são idealizados por Foucault ao vislumbrar no decorrer do século XVIII e, sobretudo na virada para o século XIX,

poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos individualizados nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exercia a título de política estatal que pretendia administrar a vida e o corpo da população.(p. 3).

Foucault (2008) pontua outros dois aspectos considerados relevantes para a constituição do conceito de biopoder na Idade Média, e que interferiu e interfere ainda hoje no processo de interjeição do sujeito. Primeiramente, a confissão (dispositivo religioso), pois através desse dispositivo de poder, os prazeres individuais, os sentimentos, desejos, vontades e as próprias emoções da alma, poderiam ser requisitados, conhecidos, medidos e regulados (MENDES, 2006). E, em um segundo plano, o exame de consciência, disposta enquanto circunstância, em que os sujeitos, através dos parâmetros impostos por instituições e quadros morais, avaliariam consigo mesmos suas atitudes e pensamentos analisando se corresponderia ou não com os valores morais socialmente estabelecidos (MENDES, 2006).

A confissão e o exame de consciência são logo, considerados técnicas e dispositivos para a constituição do biopoder, atuando no sentido de estimular

os sujeitos a praticar uma estética de si, procurando alcançar o melhor que podem fazer de suas vidas em vários campos: no trabalho, em sua aparência, em suas relações familiares e com os amigos, estando tudo isso imbricado com valores morais que remetem a uma vasta gama de sentimentos, relativos a outros, mas em especial, a nós mesmos. Mais do que uma projeção externa sobre nós, é uma projeção nossa em nós mesmos (MENDES, 2006, p. 175).

A idealização do biopoder, partindo da afirmação, vem então com o intuito de se juntar às reflexões sobre as práticas disciplinares. Disciplinas essas que se centram no corpo de uma maneira mecânica: no seu adestramento, no acréscimo de suas aptidões, no crescimento de sua utilidade e docilidade, na sua conexão em sistemas de controle eficazes e econômicos (FOUCAULT, 1979), ou seja, se voltam para o sujeito, seu corpo, sua normalização (linha auferida nas proporções e variáveis aceitas pelo coletivo os pelos padrões institucionais) e domesticação (saber que limita a liberdade e o espaço de um corpo, invadindo e delineando seu meio social) por meio das inúmeras instituições panópticas, como, por exemplo, a escola, a fábrica, o hospital, a prisão (Foucault, 1989) dentre outras e que poderíamos inclusive acrescentar os espaços da Dança.

Segundo Foucault (1989), eram instituições que docilizavam os corpos e os colocavam prontos à produção industrial, em vigência enquanto produção central na fase do capitalismo

Nesse sentido, o biopoder é concebido com o intuito de reger a vida da população, organizando-a e vigiando-a para assim buscar atender a determinadas expectativas de modernização e progresso. O biopoder é entendido então como “a gestão da vida como um todo, uma técnica, um poder sobre o biológico que vira tema central nas discussões políticas” (CUPELLO, 2010, p. 3).

Pode-se afirmar, diante dos aspectos supramencionados, que o biopoder é baseado na disciplina e vigilância do sujeito. Badiali (2009) afirma que: “o poder disciplinar age através da inscrição desses corpos em espaços determinados, do controle do tempo sobre eles, da vigilância contínua e permanente, e da produção

de saber por meio dessas práticas de poder” (p. 21). Então, se a disciplina opera sobre os indivíduos, o biopoder age sobre o ser humano, no corpo, que perpassa pelo aspecto orgânico do ser vivo, como base nos processos biológicos, por intermédio dos processos de saúde coletiva, nascimentos, mortalidades e longevidades. Para o autor, o ato de cuidar desse corpo acarretará, dessa forma, em modelos controlados nos aparelhos de produção capitalistas.

Ainda sobre biopoder, Duarte (2008) menciona a relação que Foucault faz com a sexualidade, aqui intitulada por ele de dispositivo da sexualidade:

a partir do momento em que passou à análise dos dispositivos de produção da sexualidade, Foucault percebeu que o sexo e, portanto, a própria vida, se tornaram alvos privilegiados da atuação de um poder que já não tratava simplesmente de disciplinar e reger comportamentos individuais, mas que pretendia normalizar a própria conduta da espécie ao reger, manipular, incentivar e observar fenômenos que não se restringiam mais ao homem no singular, como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida etc. A partir do século XIX já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produzia por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas era a própria gestão da vida do corpo social. O sexo se tornou então um foco privilegiado para o controle disciplinar do corpo e para a regulação dos fenômenos da população, constituindo-se o que o autor denominou como dispositivo da sexualidade (*Op. cit.*, p.3).

Diante do exposto, o autor anuncia o corpo e a sexualidade, como técnicas e dispositivos centrais de controle para além do indivíduo: a sociedade, o coletivo. Duarte (2008), a partir de estudos foucaultianos, nos permite

perceber como as instituições, historicamente construídas na atualidade, reproduzem as marcas deixadas nos corpos, e, o espaço da dança como parte de todo esse processo, nos revela esses interditos, os fechamentos aos corpos proibidos de estarem ali, participando e expressando uma forma particular de cultura.

A discussão do conceito de biopoder remete-nos ao próximo tópico deste artigo, buscando pensar o corpo a partir da corporeidade, procurando compreender como se constitui a complexa rede de subjetividades, dentre essas questões, o gênero, para posteriormente discutir-se como o biopoder, o gênero, os processos de normalização e a sexualidade influenciarão nas concepções de comportamentos modelos, esperados para meninos e meninas durante suas práticas cotidianas, mais especificamente nas aulas de dança.

4. Sexualidade e Gênero: possíveis enredamentos

Sexualidade e gênero são dois conceitos que inúmeras vezes são confundidos ou considerados palavras sinônimas, mas na realidade não são, apesar de estarem intimamente interligados. Suas diferenças demarcarão lugares, influenciarão comportamentos, maneiras e determinadas práticas no exercício do prazer sexual, intitulado como feminino e masculino, partindo de corpos que correspondem de maneira diferente, na sua interface com o campo biológico (SILVA, 2008).

Para Louro (1997), a questão do gênero está ligada à identificação histórica e social dos sujeitos, que se denominam como femininos ou masculinos, já a sexualidade indica diretamente a forma com que os sujeitos experienciam seus desejos corporais, de variadas maneiras, podendo ser sozinhos/as, com parceiros do mesmo sexo ou não. Esta dada sexualidade, segundo Souza (1999) não é fixa, mas se constrói ao longo da vida, ela se torna a verdade definitiva sobre cada sujeito e seus corpos suscitando também segundo Foucault (1979) como elemento especulativo a noção do sexo.

O gênero perpassa a sexualidade, possibilitando em determinados momentos históricos, a delimitação das características principais que compõem a masculinidade e feminilidade

normais, inscrevendo e hierarquizando as práticas sexuais, em que os sujeitos são marcados e denominados a partir dessa referência que, posteriormente, os classifica como desviantes da norma, cabendo aos mesmos o destino ou a segregação (MORAES, 2006).

Pode-se considerar que gênero e sexualidade atrelam-se em um constructo histórico, que se consolidou no decorrer dos séculos, e cultural, que determina, de acordo com a cultura, as variadas formas de sentir-se homem e mulher e seus respectivos papéis, definindo o que é normal e anormal na ótica de determinada sociedade (LOURO, 2007). De acordo com Louro (2000),

a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (*Op. cit.*, p. 9).

Torna-se claro, diante de tais discussões, que é, no âmbito cultural e histórico que se definem as identidades sociais mais especificamente aqui tratadas identidades referentes a gênero e sexualidade, que constituirão os sujeitos a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Então, reconhecer-se em uma determinada identidade pressupõe-se pertencer a um grupo social de referência (LOURO, 2000), ou seja, a sexualidade e a questão do gênero são carregadas de valores próprios de cada cultura e períodos históricos, podendo-se afirmar que, por exemplo, atos sexuais fisicamente idênticos podem ter significação social variada e variado sentido subjetivo, de acordo com a cultura (WEEKS, 2000).

Diante dos conceitos já explicitados, (biopoder, sexualidade, gênero) e, traçados seus possíveis enredamentos, cabe-nos, por fim, relacioná-los à dança e, aos processos de normalização construídos no decorrer da história, pois estes se mantêm ainda hoje como

dispositivos de controle e vigilância dos sujeitos, perspectivando algumas discussões relacionadas ao papel do professor de Educação Física, que busca se posicionar contrário aos processos exclusórios.

5. Biopoder e os processos de normalização na dança

A dança tem se constituído ao longo dos anos em um espaço de corporificação de sexualidades que, articuladas com as representações culturais, define e regula comportamentos adequados para homens e mulheres. Cada estilo de dança trará consigo um mecanismo cultural que produzirá tipos específicos de políticas de masculinidades e feminilidades (ANDREOLI, 2010). Um corpo quando é definido como sendo do sexo masculino, torna-se codificado por uma rede de valores culturais, com comportamentos e atitudes sociais esperadas da referida masculinidade (SANTOS, 2009), comportamentos estes que se estabelecem socialmente e que compreendem a dança como uma ação não estabelecida para homens.

Os referidos valores culturais, considerados essencialmente masculinos e femininos, configurarão tipificações dos papéis pertinentes ao homem e a mulher, englobando aprovações, restrições e proibições que são transmitidas ao longo das gerações e influenciarão na sexualidade do sujeito enquanto ser subjetivo e membro da sociedade. Bandeira e Domingues (2010) afirmam que:

os homens são reconhecidos dentro dos inúmeros espaços que estão inseridos e, para que isso ocorra, primeiramente, é preciso localizar o tempo e o espaço no qual eles estão circulando, isso porque as masculinidades são construídas socialmente e historicamente, variando de uma cultura para outra (*Op. cit.*, p.3).

Na cultura vigente ocidental, cabe aos meninos serem fortes, independentes, dominantes, competentes e agressivos, eliminando expressões físicas de conteúdo emocional ou que transpareçam sensibilidade, enquanto às meninas compete serem dependentes, sensíveis e afetuosas (NEGREIROS E CARNEIRO, 2004).

Para se entender melhor o processo da dança, enquanto modalidade voltada para meninas, torna-se necessário conceituá-la e discuti-la dentro da esfera do biopoder. Achar (1998) define a dança como “o entendimento completo das possibilidades físicas do corpo humano, a qual permite exteriorizar um estado latente, pelos jogos dos músculos, segundo as leis naturais do ritmo e da estética” (p. 15). O aparato físico mencionado emerge das expressões corporais embebidos de sentimentos e emoções fazendo com que o homem transcenda ao movimento simples, técnico e sem sentido ou significado.

Então, a dança enquanto expressão corporal, é a exteriorização de sentimentos, partindo opostamente aos valores socialmente julgados como masculinos. Meninos que dançam são considerados gays, pois os mecanismos articulados pelo biopoder disciplinar (MAIA, 2011), vinculam à sociedade o valor de que o homem não pode se expressar corporalmente de forma suave e demonstrar seus sentimentos através da dança.

O biopoder é um dispositivo que orienta a vida em sociedade por dentro, decifrando-a e rearticulando-a (BRAGA, 2004). A atuação do biopoder na dança como objeto de controle dos corpos, afirma-se em dois níveis de exercício: de um lado as técnicas, implicadas nos corpos através da disciplina e do poder disciplinar, e, do outro o corpo percebido, como parte de uma espécie (população) com suas leis e regularidades determinadas. Dos referidos níveis, surge o processo de disciplinarização, que através do biopoder irá padronizar e normatizar os papéis e atividades pré-determinadas para homens e mulheres. Para Foucault (1979), a fabricação do biopoder se processa e se insere nas fábricas, hospitais, hospícios, prisões e outras instituições necessárias para a vida da sociedade: em nosso estudo, revela-se nas aulas de dança.

Com relação ao exposto, Mondardo (2009) afirma que

a ação do poder sobre o corpo atua para a normatização do comportamento, a partir do adestramento e da imposição na forma de movimento dos sujeitos. O objetivo é controlar as inúmeras formas territoriais que se formam para admi-

nistrar os corpos. A produção do poder, nesse sentido, é de suma importância para a manutenção dos comportamentos dos corpos através da mobilidade adestrada, buscando torná-la cada vez mais “limitada”, e desta forma, controlada (p. 4).

Portanto, o processo de ação do biopoder sobre os corpos julga, condena e classifica (BRAGA, 2004) homens que dançam como indivíduos que vivem à margem da sociedade, transformando então as práticas dançantes como exclusivamente femininas.

Partindo do referido pressuposto, além dos já mencionados, outro fator que reafirma nas crianças e adolescentes o panóptico de papéis pré-determinados, em que dançar é considerado, ao ver da sociedade, prática de homossexuais, mais popularmente falada como “coisa de gay”, advém inicialmente da própria família como os processos de normalização, que simultaneamente também produzem e reproduzem os panópticos sociais, constituídos pela cultura, auxiliando assim, a normatização, regulação e instituição dos modos masculinos de ser e suas respectivas práticas. Quando há esta interferência negativa por parte da família, ocasiona um determinado medo de se perder a identidade masculina, um choque de identidades, ou seja, neste processo de normatização, para constituir-se “como um sujeito heterossexual um indivíduo é estimulado e obrigado a negar tudo àquilo que possa o mais vagamente possível ser associado à homossexualidade” (ANDREOLI, 2010, p.87).

Nota-se, então, que o biopoder determina todo e qualquer papel social, investindo sobre toda a vida do sujeito, desde a biológica até a cultural (FERREIRA, 2008). Dessa forma, para ser aceito, ser considerado normal e estar dentro dos padrões sociais, os sujeitos devem abnegar suas vontades e desejos, permitindo que suas práticas e sua construção sexual sejam determinadas pelos mecanismos de poder estabelecidos socialmente.

Esses mecanismos de poder trazem, em seu bojo, o imaginário de que homens, ao dançar, se aproximam de uma tendência ao homossexualismo, tornando-a então um elemento marcante e de peso na prática da dança por parte dos homens, sendo apontada como

um obstáculo social por não estar enquadrada nas representações culturais hegemônicas de masculinidade (ANDREOLI, 2010). Este rótulo homossexual aos praticantes da dança, afeta não somente a vida externa, mas também sua própria consciência (BANDEIRA; DOMINGUES, 2010).

Justifica-se assim a procura quase que absoluta das meninas no campo da dança, e para não ficar à margem ou ser um sujeito desviante da norma, cabe aos meninos praticar esportes, principalmente o futebol, considerado interesse masculino obrigatório e um elemento essencial para manutenção/produção da masculinidade (SANTOS, 2009).

No Projeto COMUNI, notou-se, com frequência, atitudes preconceituosas e carregadas desses valores culturais e processos normalizadores, construídos e impostos pela sociedade no decorrer dos anos. Em várias aulas, pode-se observar como os meninos se sentiam coagidos com a presença de garotos que não fossem da turma e até mesmo das próprias companheiras. Em inúmeras situações os meninos paravam na metade da aula e sentavam, pois afirmavam que as meninas estavam zombando deles, chamando-os de gays, “mocinhas”, entre outros. Quando outros meninos assistiam, nenhum dos alunos (homens) fazia aula e, quando ao término os chamávamos para conversar, afirmavam não participar, pois não se sentiam à vontade de dançar na frente dos outros garotos. Não era raro o depoimento de insultos e alunos relatando as agressões verbais. Outro relato interessante foram as afirmações em que os alunos admitiam dançar escondidos e que não participariam de nenhuma apresentação por medo de serem classificados como afeminados.

Por esse motivo, percebemos que parece haver uma relação entre o quantitativo de alunos e alunas que participam das aulas de dança no Projeto COMUNI em decorrência do processo de normalização estabelecido pela sociedade. A nomenclatura na qual foram classificados a zombaria dos amigos, vizinhos, familiares, e até mesmo durante as aulas por parte das companheiras de turma, os tornam infrequentes ou desistentes, pois são diversas vezes coagidos e inibidos, apresentando comportamentos retraídos ou agressivos.

Diante dessa problemática, cabe ao profissional de Educação Física intervir durante

as aulas com diálogos ou até mesmo propiciando experiências para que haja uma desconstrução do conceito de que dançar é “coisa de gay”, mostrando aos sujeitos que a sexualidade é algo subjetivo e construído ao longo do tempo, cabendo a cada um escolher o local e a opção sexual que se sentir melhor. É evidente que essa prática não trará resultados imediatos, é uma construção e uma mudança gradual e em longo prazo, que exigirá do profissional paciência e determinação.

6. Considerações Finais

Na intenção de compreender os processos exclusivos que emergiam de nossa experiência em um projeto de dança no município de Volta Redonda, buscou-se o referido trabalho. O processo de discutir como a constituição do processo de normalização dos corpos cotidianamente se produz na sociedade atual, nos permitiu acessar outros conhecimentos antes não vislumbrados em nossas leituras e debates acadêmicos. Portanto, acreditamos que, a intenção de discutir os processos de controle que a sociedade “usa” para normatizar as ações dos sujeitos- estabelecendo papéis que definem os indivíduos como sendo masculino ou feminino, e inscrevendo em seus corpos padrões que devem ser seguidos, tendo a sexualidade como referência - foi atingido.

Percebemos que, diante da padronização, refletem-se, atualmente, determinadas ações, sendo a dança uma prática que inibe e coíbe a participação de meninos, gerando aos que a praticam, comentários que vão muitas vezes confrontar suas identidades sexuais pelo fato da dança se caracterizar enquanto expressão de sentimentos.

Assim, a prática da dança não define a sexualidade dos sujeitos e cabe aos profissionais de Educação Física trabalhar nesta vertente, conscientizando os alunos que a identidade sexual de cada sujeito é construída subjetivamente, independente do indivíduo dançar ou não, possibilitando a eles a vivência de todas as modalidades, sejam elas esportivas ou apenas expressivas.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, é a percepção de que o corpo é um processo de construção histórica, pois muitos fatos

importantes e marcantes que ocorreram desde o início do século XVIII até o fim do século XX interferiram na sexualidade como uma forma de controle dos corpos e da sociedade: do dispositivo da sexualidade ao biopoder.

Assim, entendendo a sexualidade como um dispositivo histórico e uma invenção da sociedade a fim de regular os comportamentos, temos o biopoder como forma de disciplinarização normalizando e domesticando os seres através de instituições panópticas, regendo assim, a vida da população para que atendam às expectativas de modernização e progresso. Sendo assim, ficou evidente que o biopoder se baseia na disciplina e vigilância do sujeito.

Outro aspecto importante a ser salientado é a impossibilidade de tratar de sexualidade sem levar em consideração sua íntima relação com as questões de gênero. Vimos que podemos entender como gênero a identificação histórica dos sujeitos denominando-se como femininos ou masculinos. Já a sexualidade trata da forma como esses sujeitos optam em vivenciar seus desejos sexuais. Essa forma não é fixa, ela se constrói ao longo da vida. Quando o gênero perpassa a sexualidade, delimita as características que compõem a feminilidade e a masculinidade, marcando e denominando os sujeitos que fogem a essa delimitação como ‘anormais’. Falamos aqui como o gênero e a sexualidade, de forma atrelada, determinam as várias formas de sentir-se homem ou mulher e quais são seus papéis, definindo o que é normal e desvio sob a visão de uma determinada sociedade. Entendemos que as identidades sociais, inclusive as de gênero e sexualidade, são compostas e definidas por relações sociais que formam grupos com identidade determinada e os sujeitos reconhecem-se como parte desses grupos de acordo com suas atitudes.

Em nossa pesquisa vimos que a dança se constitui em um desses espaços em que a sexualidade se corporifica articulando as representações culturais, definindo e regulando comportamentos que são adequados aos homens e às mulheres. Um comportamento masculino deve expressar força, competência e agressividade, sem conteúdo emocional, como a dança é uma prática de expressão corporal e de exteriorização de sentimentos, meninos que dançam são considerados gays. Esses valores culturais são transmitidos de geração a gera-

ção influenciando na sexualidade dos sujeitos enquanto ser subjetivo e membro da sociedade.

Enfim, a homossexualidade é apontada como um obstáculo à prática da dança por meninos, pois, mesmo de forma inconsciente eles agem de forma a contribuir com a manutenção da masculinidade. Observamos em nossas aulas de dança várias atitudes preconceituosas e depois de nossa pesquisa pudemos entender que essas atitudes fazem parte de uma construção histórica e cultural que viabilizam os processos normalizadores construídos no decorrer dos anos.

Entende-se que os profissionais de Educação Física podem contribuir de maneira a esclarecer que todos têm o direito de expressar seus sentimentos da maneira como preferirem, e que não é a dança que define a sexualidade das pessoas. Acredita-se então, que trabalhando de forma a incentivar o respeito às diversidades, contribuir-se-á na diminuição dos processos exclusórios e/ou discriminatórios na sociedade.

7. Referências Bibliográficas

1. ACHAR, D. Ballet: uma arte. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998. 354p.
2. ANDREOLI, G. S. Representações de masculinidades na dança contemporânea. 2010. 158 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
3. BADIALI, M. F. Marias: biopolítica, vida nua e resiliência. 2009. 124 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
4. BANDEIRA, E.; DOMINGUES, J. V. Entre malhas, sapatilhas e corpos esguios: as masculinidades do ballet clássico em Rio Grande. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 2010, Itajaí, Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/sulbrasileiro/vcsbce/paper/viewFile/2129/1028>. Acesso em: 25 mar. 2012.
5. BARBOSA, M. J. S. Chorar, verbo transitivo. Cadernos Pagu, v. 11, p. 321-343, 1998.
6. BRAGA, D. S. Vidas na fronteira - corpos, gêneros e sexualidades: estranhando a normalidade do sexo. In: 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6128--Int.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2011.
7. BRAGA, S. R. Os usos políticos da tecnologia, o biopoder e a sociedade de controle: considerações preliminares. Revista eletrônica de geografia e ciências sociais, v. VIII, n. 170, 2004.
8. CERVO, A. L. et al. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.
9. CUPELLO, P. C. Loucura e Gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930). In: XIV Encontro da Associação Nacional de História. 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276709452_ARQUIVO_LLoucuraeGeneronoHospitalNacionaldeAlienado.pdf. Acesso em: 07 jan. 2012.
10. DUARTE, A. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XIX. 2008. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf. Acesso em: 17 out. 2011.
11. FERREIRA, J. Humanismo, Biopoder e Soberania: Elementos para uma Discussão das Biotecnologias Contemporâneas. Revista Ciência e Cultura. v. 60, n.1, p. 32-35, 2008.
12. FRAGA, A. B. Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem comportada. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
13. FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. 152p.

14. _____. Microfísica do poder. 26. ed. São Paulo: Graal, 2008. 295p.
15. _____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 277p.
16. GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes et al(org). Corpo, gênero e sexualidade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
17. KASPER, K. M. Dos corpos sentados aos gestos em fuga: corpos em processo de formação. Revista da Faculdade de Educação. ano IX, n. 15, p. 79-95, 2011.
18. LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: as múltiplas “verdades” da contemporaneidade. In: GARCIA, Regina Leite. Diálogos cotidianos. Rio de Janeiro: DP et al., 2010. 357 p.
19. _____. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 1997.
20. _____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46.pdf>>. Acesso em: 07/01/2012.
21. _____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 168 p.
22. _____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 06/01/2012.
23. _____. Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 90 p.
24. MAIA, Antônio. Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. Currículo sem Fronteiras. v.11, n.1, p. 54-71, 2011.
25. MENDES, C. L. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. Revista de Ciências Humanas. n. 39, p. 167-181, 2006.
26. MONDARDO, M. L. O Corpo enquanto “primeiro” território de dominação: O biopoder e a sociedade de controle. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 07 abr. 2012.
27. MORAES, P. P. et al. Do dispositivo das sexualidades ao dispositivo de gênero: um percurso de estudo. In: Encontro de Psicologia – Anais eletrônicos. 2006. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/111_PALOMA_PRISCILA_DE_MORAES.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2012.
28. NEGREIROS, T. C. G. M.; CARNEIRO, T. F. Masculinoefemininonafamíliacontemporânea. Periódicos eletrônicos em Psicologia. v. 2004, n. 1, 2004, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812004000100004&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 09 jan. 2012.
29. NOLASCO, S. A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 165p.
30. SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 166 p.
31. SANTOS, E. C. Um jeito masculino de dançar: Pensando a produção das masculinidades de dançarinos de Hip-hop. 2009. 124p. Dissertação (mestrado) – Universidade Rio Grande do Sul, 2009.
32. SILVA, D. P. M. Gênero e sexualidade nos pcn’s: uma proposta desconhecida. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT23-2871--Int.pdf>>. Acesso em: 22/08/2011.

33. SILVA JUNIOR, P. M. Corpos, escola & sexualidades: um olhar sobre um programa de orientação sexual. In: 32ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT23-5302--Int.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.
34. SOUZA, J. F. Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil. In: 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1999. Disponível em: <http://cce.udesc.br/titosen/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf> acesso em: 07/01/2012.
35. WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 168 p.

Endereço para Correspondência:

Carla de Oliveira dos Santos

carladeoliveiraedfisica@hotmail.com